



Itaú Unibanco Holding S.A.

**20
22**

**Relatório de Riscos e Oportunidades
Sociais, Ambientais e Climáticas
(Relatório GRSAC)**

31 de dezembro de 2022

Objetivo

Nos últimos anos, em diversas esferas da sociedade, evidencia-se o crescimento de pautas sobre os desafios sociais, ambientais e climáticos que estão postos a essa e às futuras gerações. Na esfera empresarial, essa onda ampliou o alerta sobre a relevância e a urgência da integração de aspectos ESG (*Environmental, Social, Governance*) ao planejamento e gestão de riscos, para a construção de negócios perenes, resilientes e sustentáveis.

No Itaú Unibanco, reconhecemos a influência nossa e do nosso negócio em praticamente todos os setores empresariais e na vida de milhões de clientes. A jornada por um negócio e cadeia mais sustentáveis começou há mais de 20 anos.

No presente documento são apresentadas as informações do Itaú Unibanco requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da: (i) Resolução BCB nº 139, de 15 de setembro de 2021, que dispõe sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC); e (ii) Instrução Normativa BCB nº 153, de 15 de setembro de 2021, que estabelece as tabelas padronizadas para fins da divulgação do Relatório GRSAC.

Tabela GVR: Governança do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático

Incorporamos o gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático (Riscos SAC) em uma estrutura de governança integrada e transversal. Contamos com a supervisão do Conselho de Administração (CA) e do Comitê Executivo (CE), inclusive por meio de comitês que discutem, direcionam e deliberam sobre questões de Riscos SAC, além de possuir especialistas responsáveis pela incorporação do tema em nossas áreas institucionais e de negócios.

Apresentamos a seguir as nossas instâncias em seus diversos níveis (estratégico, tático, operacional, de controle e de conformidade). A nível do CA temos o Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC), o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, e Comitê de Auditoria (CAud). No nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados com presença do *Chief Executive Officer* (CEO) que são representados pelo Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático Superior (CRSAC Superior), pela Comissão Superior ESG e pelo Comitê ESG Atacado, este conta com a presença do CEO do Itaú BBA. Além disso, também contamos com um membro do CE, o *Chief Risk Officer* (CRO), e outros comitês de nível diretoria como o Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático (CRSAC), e o Comitê de Produtos Atacado.

O CA é responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital, aprovar limites do apetite de riscos, e revisar as métricas de apetite de riscos, incluindo as métricas de apetite de Riscos SAC que monitoram a concentração da carteira de crédito do banco aos setores de alto Risco SAC.

Por sua vez, o Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas responsabilidades relativas à gestão de riscos e de capital. Os assuntos discutidos em CGRC são reportados ao CA pelo seu presidente, que relata as métricas de apetite, os trabalhos, discussões, deliberações e recomendações do Comitê de Risco.

O CGRC também coordena suas atividades com o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que ocorre pelo menos três vezes ao ano, conta com a participação de membros do CA e tem como mandato a supervisão das ações relativas à implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). As diretrizes da PRSAC são orientadas por nossa estratégia ESG, que é composta pelos nossos compromissos de impacto positivo, sendo que cada um deles possui metas relacionadas aos aspectos sociais, ambientais e climáticos. Além dos reportes via Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, há uma pauta anual no CA para acompanhar os nossos compromissos de impacto positivo.

O Comitê de Auditoria (CAud) reporta diretamente ao CA, sendo responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de gestão de riscos, das atividades da auditoria interna e das atividades das empresas de auditoria independente do conglomerado. Ocorre pelo menos de forma trimestral e questões SAC são discutidas pelo menos duas vezes ao ano.

No nível Comitê Executivo, contamos com Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático Superior (CRSAC Superior) que é responsável por avaliar e deliberar sobre assuntos que por entendimento do CRSAC (nível diretoria) devam ser submetidos a membros do CE pela complexidade e materialidade do tema, especialmente aqueles associados a risco reputacional, e ocorre quando necessário. Ainda na agenda de Riscos SAC, contamos com um membro do CE, o *Chief Risk Officer* (CRO), responsável pela estrutura de riscos, que atua na integração dos Riscos SAC à gestão global de riscos da instituição, é responsável pela Política de Riscos Social, Ambiental e Climático e por atuar na interação com reguladores.

No nível Comitê Executivo, na agenda de responsabilidade SAC, contamos com a Comissão Superior ESG e o Comitê ESG Atacado. A Comissão Superior ESG é responsável por monitorar a nossa atuação frente as principais demandas ESG e climáticas provenientes de mercado, reguladores e sociedade civil. Além disso, possui a responsabilidade de aprovar projetos e recursos necessários para o endereçamento dos gaps prioritários para a efetividade da PRSAC. Sua periodicidade é bimestral e pode submeter quando necessário os assuntos ao CA. Já o Comitê ESG Atacado é responsável por: (i) implementar as estratégias de descarbonização setoriais e planos de ação; (ii) garantir e monitorar o cumprimento da meta de concessão de R\$ 400 bi para setores de impacto positivo até 2025; e (iii) acompanhar e deliberar sobre as frentes de trabalho ESG e climática do Itaú BBA. Sua periodicidade é bimestral e pode submeter quando necessário os assuntos à Comissão Superior ESG.

Por fim, existem dois outros fóruns que compõem a governança de Riscos SAC do Itaú Unibanco: o Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático (CRSAC, nível diretoria), constituído por áreas e especialistas no tema, e o Comitê de Produtos Atacado. O CRSAC tem como principal atribuição deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, além de se posicionar sobre aspectos reputacionais de alto Risco SAC em clientes, produtos, serviços, operações. Além disso, também é responsável por: (i) recomendar papéis e responsabilidades com relação ao gerenciamento desses riscos; (ii) acompanhar a aderência às políticas e procedimentos relacionados à gestão dos Riscos SAC; (iii) direcionar, caso necessário, a deliberação para o nível Comitê Executivo. O CRSAC ocorre pelo menos duas vezes ao ano, sendo que nos últimos 18 meses foram realizados cerca de 36 comitês. O Comitê de Produtos do Atacado, por sua vez, é responsável por avaliar conceitualmente os produtos sob diversos aspectos, dentre eles, quando aplicável, aspectos SAC. As operações específicas, por exemplo, são sempre acompanhadas de um formulário de análise de Riscos SAC, que indica se há necessidade de estabelecer uma diligência adicional previamente à contratação.

Seguindo a governança apresentada, o CA recebe os reportes como decorrência das responsabilidades dos comitês. Como exemplo, podemos citar as métricas de apetite de Riscos SAC que são monitoradas frequentemente e o CA orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

Ademais, o CA acompanha, por meio do CGRC, o processo de avaliação e adequação de capital (ICAAP) que contempla os Riscos SAC e, dentro de sua governança, avalia e reporta os critérios e riscos materiais para o Itaú Unibanco, bem como sua consideração no programa de teste de estresse, plano de capital, plano de contingência de capital e liquidez, Política Corporativa de Continuidade de Negócios.

Em relação à Política de Remuneração, é de responsabilidade do Comitê de Remuneração, composto por membros do CA, a discussão, análise e supervisão da implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes para o Conglomerado Itaú Unibanco. Dentre os modelos, temos a remuneração variável que considera questões sociais, ambientais, climáticas e de governança para os profissionais envolvidos em atividades, negócios e compromissos relacionados à agenda ESG, por meio de indicadores de desempenho, projetos e iniciativas presentes no contrato de metas individual, em diversos níveis hierárquicos. Como exemplo, existem as metas de gestão ambiental das nossas operações e mudanças climáticas utilizadas como critérios para a composição da remuneração variável.

Dessa forma, os nossos objetivos estratégicos e metas são acompanhadas periodicamente pelas instâncias citadas em seus diversos níveis (estratégico, tático, operacional, controle, conformidade), resultando na nossa governança integrada e transversal.

Tabela EST: Estratégias utilizadas no tratamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático

Entendemos os riscos sociais, ambientais e climáticos como a possibilidade de perdas decorrentes de eventos de origem social, ambiental e climática relacionados às nossas atividades, sejam elas oriundas de negócios com contrapartes, de relacionamento com fornecedores, de eventos atrelados à transição para economia de baixo carbono ou a mudanças físicas nos padrões climáticos. Tais riscos têm potencial para se materializar através de modalidades tradicionais de risco, como risco crédito, de mercado e operacional, podendo acarretar eventuais perdas financeiras, assim como danos à nossa reputação.

A estratégia de gestão dos Riscos SAC no Itaú Unibanco teve início pela sua potencial materialização por meio do Risco de Crédito e tem se expandido passando a ser tratada também nas demais dimensões de riscos tradicionais e na gestão de capital, seja com exercícios integrados com outra dimensão de risco tradicional ou por meio do exercício de teste de estresse. Além da possível materialização nos riscos tradicionais, a metodologia interna de avaliação no risco de crédito leva em consideração o potencial impacto dos Riscos SAC no risco reputacional.

Diferentes metodologias e ferramentas, pautadas nas melhores práticas internacionais e nacionais, são aplicadas na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e divulgação dos riscos sociais, ambientais e climáticos na gestão de crédito, incorporando também aspectos de governança, como a existência de Conselho de Administração, auditoria independente entre outros, na condução dos negócios de nossos clientes.

Seja no contexto em que é conhecida a destinação dos recursos, como nos casos de financiamento de projetos de infraestrutura, seja em operações de crédito sem necessário vínculo a uma destinação conhecida. Tais metodologias atendem às principais normas vigentes relativas à governança corporativa e gerenciamento de riscos sociais, ambientais e climáticos, assim como a boas práticas de mercado, como:

- Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) nº 14/2014 e nº 26/2023, da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN);
- Princípios do Equador para apoio financeiro a projetos;
- Padrões de Desempenho da Corporação Financeira Internacional (sigla em inglês, IFC), que é o braço privado do Banco Mundial;
- Guia Prático da IFC sobre Governança Corporativa;
- Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial.

A gestão dos riscos climáticos se pauta em metodologia fundamentada em relatórios e documentos de organizações internacionais de referência, como o *Financial Stability Board* (FSB), o Fórum Econômico Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o *Bank for International Settlements* (BIS), assim como a *Network for Greening the Financial System* (NGFS), entre outros.

Análise SAC de clientes

Parte importante da estratégia de Gestão dos Riscos SAC passa pela avaliação dos clientes e pelo uso das informações sociais, ambientais, climáticas e de governança na renovação de limites e manutenção de relacionamento de crédito.

Na avaliação de temas vinculados à dimensão do Risco Social, os temas prioritários de proteção aos Direitos Humanos possuem grande relevância. Por exemplo, adotamos uma Lista de Atividades Excluídas composta por atividades que contrariam princípios e valores do Itaú Unibanco, sendo exemplos dessas atividades o uso de mão de obra análoga à escravidão, a utilização de mão de obra infantil e a exploração da prostituição, inclusive infantil. Neste quesito, a inclusão ou permanência de cliente no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão (instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11/05/2016) e/ou menção negativa ao cliente em mídia são monitorados e geram avaliação dos times de Riscos SAC, podendo resultar no bloqueio sistêmico de CNPJ e CPFs em quaisquer dos segmentos atendidos pelo Itaú Unibanco e consequente impedimento de acesso à novo crédito.

Adicionamos à dimensão Social, as dimensões Ambiental e Climática no processo de categorização de Riscos SAC da nossa carteira de crédito, considerando riscos inerentes aos setores econômicos nos quais nossos clientes operam e que podem gerar impactos negativos na sociedade, no meio ambiente, e no clima. Para tanto, são levados em consideração parâmetros inspirados pela *International Finance Corporation* (IFC) como consumo de energia e de água, emissões atmosféricas, exposição a riscos climáticos, entre outros. Com base nesses critérios, nossos clientes são categorizados em três níveis de Riscos SAC (alto, médio ou baixo).

No que diz respeito aos critérios temporais, seguindo o acordo de Paris, as ações relacionadas à descarbonização têm como meta reduzir as emissões até 2030, ou seja, mais de 5 anos a partir do ano atual, e zerar as emissões em 2050, para que o aumento da temperatura não ultrapasse 1,5°C. Assim, nossa definição interna de curto prazo é de até 5 anos, de médio prazo é entre 5 e 10 anos, e longo prazo é superior a 10 anos, o que também se reflete na ferramenta de gestão de risco da carteira de crédito. Especificamente para grandes clientes corporativos, a categorização de Riscos SAC leva em consideração os riscos climáticos físicos e de transição por meio de nossa Ferramenta de Sensibilidade a Riscos Climáticos. Essa ferramenta foi produto da evolução na gestão do risco climático em 2022. A Ferramenta de Avaliação de Sensibilidade Climática, por exemplo, combina a relevância dos riscos climáticos com a proporcionalidade de cada setor e cliente em nossa carteira, sua qualidade de crédito, seu prazo médio, e a resposta é o quanto um determinado setor ou cliente é sensível aos riscos climáticos e nos permite entender a concentração relativa da carteira em cada categoria de sensibilidade.

Ainda dentro do arcabouço de gestão de Riscos SAC em nível cliente, foram desenvolvidos critérios internos de avaliação e aprovação de crédito para clientes do segmento de grandes empresas e produtores rurais. Há avaliação individualizada para clientes sujeitos à aprovação de crédito em alçadas mais seniores e que operam em setores classificados como sensíveis do ponto de vista SAC. A avaliação é realizada por meio de questionários setoriais que consideram critérios sociais, ambientais e climáticos (figura ao lado), além de aspectos relativos a boas práticas de governança corporativa.

Os clientes, pessoas físicas e jurídicas, classificados como Agro – Produtores Rurais – são submetidos a análises automatizadas ou individualizadas, segundo parâmetros de Riscos SAC preestabelecidos, sendo que ambos os

casos contam, minimamente, com a verificação da Lista de Atividades Excluídas e de embargos por infrações ambientais. Em alguns casos pode incluir análise georreferenciada e dados públicos como sobreposição a unidades de conservação, terras indígenas, quilombolas entre outras.

Especificamente em relação à dimensão Climática da avaliação desses clientes, analisamos, entre outros, o risco dos nossos clientes sofrerem escassez hídrica nos horizontes de tempo atual, 2030 e 2050, em cenários otimistas e pessimistas, além de como eles estão se adaptando para realizar investimentos para transição para uma economia mais limpa.

Complementarmente, entendemos que algumas regiões geográficas são mais sensíveis a aspectos SAC, sendo, por exemplo, mais relevantes para a manutenção da biodiversidade e mitigação do risco climático, como: a região compreendida pelo bioma Amazônia, proximidade ou intersecção com comunidades tradicionais, como indígenas



e quilombolas, áreas chave para a conservação da biodiversidade e/ou Unidades de Conservação, localização em áreas de risco físico relevante, entre outros.

Análise SAC de operações estruturadas

As operações estruturadas, objeto de tratamento diferenciado dentro da governança de Riscos SAC, são aquelas nas quais a destinação final dos recursos é conhecida pelo Itaú Unibanco. Neste caso, a governança é definida de acordo com a estrutura do produto/operação:

- (i) Novos produtos, renovações bem como as operações estruturadas de modo personalizado para clientes; e
- (ii) Operações cuja destinação dos recursos inclua o financiamento de projetos.

Para novos produtos e renovações, bem como as operações que são objeto de aprovação em Comitê de Produtos do Atacado, é necessário o preenchimento de um questionário que poderá indicar a necessidade de uma análise mais detalhada e, eventualmente, o estabelecimento de uma diligência específica previamente à operacionalização e comercialização do produto ou da operação.

Já para operações cuja destinação dos recursos inclui o financiamento de projetos, são seguidas as etapas de identificação, mitigação e monitoramento de riscos SAC. Nesses casos, o processo de análise pode contemplar temas como impacto sobre populações tradicionais, biodiversidade, cumprimento da legislação, bem como a verificação da existência de mecanismos de gestão de riscos e governança associada entre outros. Ainda para projetos enquadrados nos Princípios do Equador, pacto voluntário aderido pelo banco em 2004, são considerados os Padrões de Desempenho da Corporação Financeira Internacional (sigla em inglês, IFC) e as Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Banco Mundial.

Por fim, considerando o nível de Riscos SAC identificado, um plano de monitoramento pode ser estabelecido como obrigação contratual, sendo seu cumprimento condição para desembolso dos recursos e manutenção da vigência do contrato.

Análise SAC de Imóveis dados em garantia

Para as concessões de crédito em que há a constituição de garantias imobiliárias, o Itaú Unibanco possui processos para a avaliação de imóveis, os quais contemplam, entre outros, os aspectos sociais, ambientais e climáticos, tanto no momento da constituição quanto ao longo da vigência da garantia. Em relação aos aspectos climáticos, no levantamento de dados topográficos do imóvel, são considerados, por exemplo, a avaliação de pontos de alagamentos, inundações, risco de desabamento da edificação ou de escorregamento de taludes.

Para garantias imobiliárias urbanas, é realizada uma análise socioambiental do imóvel oferecido em garantia a partir do recebimento do Levantamento de Índícios de Contaminação (LIC), documento padrão adotado pelas instituições financeiras signatárias da Autorregulação da Febraban, nos moldes do Normativo SARB nº 14/2014, que contém informações sobre o histórico de ocupação do imóvel, utilização atual, dados sobre ocupação do entorno e aponta, nos casos aplicáveis, indícios de contaminação. Quando são constatados indícios de contaminação ou outra restrição de uso, a análise é aprofundada por equipe técnica da instituição, sendo passível a solicitação de uma Avaliação Ambiental Preliminar, Investigação Confirmatória, ou outro estudo relacionado, conforme a necessidade identificada. Adicionalmente, além da avaliação socioambiental no momento da constituição da garantia imobiliária, o Itaú Unibanco também realiza a reavaliação de imóveis de acordo com as regras dispostas no procedimento interno.

Para constituição de garantias de imóveis rurais, são utilizados laudos presenciais e/ou remotos para verificação de eventuais passivos florestais e/ou sobreposições com áreas sensíveis, como unidades de conservação, terras indígenas ou quilombolas. Para as sobreposições com áreas de risco encontradas, a análise é aprofundada por equipe técnica do Itaú Unibanco.

Do conjunto de análises apresentadas na presente tabela, ou seja, as avaliações SAC de clientes, de operações estruturadas e de garantias, ao longo de 2022 com base em nossos processos internos, cerca de 47% dos clientes (45% da exposição) da carteira de crédito de grandes empresas e produtores rurais passaram por uma avaliação

individualizada de Riscos SAC na renovação de crédito, o que representa um aumento de 12 pontos percentuais em relação a 2021.

Além disso, avaliamos a tolerância ao risco climático que estamos dispostos a assumir, que se reflete em limites estabelecidos e monitorados mensalmente de forma integrada pelo Comitê Executivo e pelo Conselho de Administração. Nesse contexto, em dezembro de 2022, 12% do nosso portfólio de crédito estava concentrado em setores categorizados com “Alta” exposição aos riscos climáticos. Por fim, com base em processo interno de identificação de perdas de crédito incorridas pela instituição devido à eventos SAC que contempla critérios como: embargos do IBAMA; ocorrências de trabalho escravo, trabalho infantil e prostituição; eventos/desastres ambientais extremos; descumprimento de obrigações socioambientais contratuais; bem como a avaliação individualizada de risco socioambiental, em 2022, não foram identificadas perdas de crédito relacionadas a eventos SAC.

Teste de Estresse

De forma geral, os exercícios de Teste de Estresse de balanço são ferramentas amplamente reconhecidas na avaliação e mensuração de potenciais riscos para o sistema financeiro e suas instituições, com grande uso por parte da indústria, do mercado e dos reguladores. A ampliação do escopo dos exercícios de testes de estresse e sua aplicação para o risco climático é uma estratégia nova, tanto para reguladores quanto para instituições financeiras. Os primeiros resultados e aplicações começam a ser comentados conforme publicações recentes do Banco Central Europeu¹. No Brasil, a Resolução 4.943/21 regulamentou os requisitos para o exercício de teste de estresse climático com implementação em 2022.

Considerando todo o contexto global de construção e amadurecimento do exercício, alinhado com benchmarks realizados e principais práticas reportadas por diferentes órgãos supervisores, utilizamos os cenários divulgados pelo NGFS (*Network for Greening the Financial System*) citados na sequência:

- **Transição Ordenada (Net Zero 2050):** cenário de transição ordenada para uma economia de baixo carbono, onde as políticas são gradualmente implementadas até 2050 (zero emissões de CO₂). Algumas jurisdições como os EUA, a UE e o Japão atingem emissão zero para todos os Gases de Efeito Estufa (GEE) e o aumento da temperatura global é limitado a 1,5°C (menores riscos físicos).
Impactos: Aumento do preço de carbono e queda das emissões afetam os preços relativos e o PIB (maior demanda de investimento das empresas, maiores custos de produção). Taxa de juros sobe para conter inflação.
- **Transição Desordenada (*Delayed Transition*):** cenário de transição desordenada para uma economia de baixo carbono, onde há uma "corrida" para implementação de políticas a partir de 2030. São necessárias políticas mais severas para limitar o aumento da temperatura global a 2°C.
Impactos: (i) até 2030: PIB cai devido a perdas com eventos de riscos físicos. Há aumento da inflação, sem necessidade de aumento da taxa de juros (queda da atividade); (ii) a partir de 2030, são acrescentados os choques da transição desordenada: ↑ Inflação, ↑ Juros, ↓ adicional do PIB, ↑ Desemprego).
- **Sem Transição (*Current Policies*):** cenário em que a transição para uma economia de baixo carbono não ocorre, levando ao aumento dos riscos físicos. Aumento da temperatura global se mantém em cerca de 3,2°C.
Impactos: não há alterações significativas no preço e na emissão de carbono (sem risco de transição). Todo o impacto no PIB vem de eventos de riscos físicos. Há um ligeiro aumento na inflação sem a necessidade de aumento da taxa de juros (queda na demanda já seria suficiente para conter os aumentos dos preços). Sem alterações significativas na mudança da estrutura econômica e composição do comércio, o desemprego se mantém nos níveis do cenário Básico.

Uma vez definidos os cenários e as premissas, o passo seguinte foi construir modelos que capturassem as diferentes realizações das variáveis macroeconômicas de cada um dos cenários de forma a diferenciar o

¹https://www.bankingsupervision.europa.eu/ecb/pub/pdf/ssm.climate_stress_test_report.20220708~2e3cc0999f.en.pdf

impacto no portfólio, em particular o impacto potencial nas perdas de crédito alinhado ao horizonte dos cenários do NGFS de 2050. Os resultados do teste de estresse climático fazem parte do exercício de adequação e suficiência de capital (ICAAP) e não se apresentaram, nesta primeira versão, impactos relevantes no planejamento de capital e na capacidade de adaptação do Itaú Unibanco para além do que já está sendo feito na adequada gestão dos Riscos SAC.

Tabela GER: Processos de gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático

Assumir e gerenciar riscos é a essência da nossa atividade e uma responsabilidade de todos os nossos colaboradores. Nosso apetite de risco define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis e nossa cultura de risco orienta as iniciativas e ferramentas de gestão estratégica para mitigação de risco e geração de oportunidades. Nossa estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está em conformidade com as regulamentações brasileiras e internacionais e está alinhada com as melhores práticas de mercado. Nosso modelo de gestão de riscos é composto por três linhas de governança: as áreas de negócios carregam a responsabilidade primária pela gestão do risco (identificação, avaliação, controle e reporte), seguidas pela área de riscos, que avalia os riscos de acordo com políticas, procedimentos e com o apetite de risco estabelecidos. E, por fim, a terceira linha de governança, a auditoria interna, que promove uma avaliação independente e reporta ao Conselho de Administração.

A gestão dos Riscos SAC fazem parte desse arcabouço de gerenciamento de riscos do banco, e é realizada de forma equivalente ao modelo aplicado para os riscos do negócio, de maneira integrada e transversal, pautada na estratégia das três linhas de defesa, na responsabilidade executiva e no processo completo de gestão.

As unidades de negócio realizam a gestão do Risco SAC no seu dia a dia, seguindo diretrizes da política interna de Riscos SAC, e contam com o suporte especializado das diretorias de riscos e jurídica, oferecendo as melhores práticas de gestão em diferentes dimensões às quais os Riscos SAC podem se materializar como consequência das atividades e negócios do conglomerado.

Além disso, os Riscos SAC passam por ações de avaliação e monitoramento no contexto do mapeamento interno de processos, riscos, controles, acompanhamento de novas normas, bem como registro das ocorrências em sistemas internos. Como consequência do processo de identificação de riscos, seguem-se as etapas de priorização, resposta ao risco, monitoramento e reportes que complementam o gerenciamento de riscos no Itaú Unibanco.

Por último, e atuando de forma independente, a equipe de auditoria interna realiza a avaliação do ambiente de gestão dos riscos, controles e governança.

No que concerne à identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição, possuímos processo, considerando o princípio da relevância, estruturado para identificar tempestivamente as modificações que impactam o Sistema Financeiro. Não obstante, buscamos contribuir com as discussões envolvendo projetos de lei nas esferas federal, estadual e municipal e editais de consultas públicas da agenda climática. De forma mais específica, as proposições legislativas são monitoradas, analisadas e, com base na probabilidade de aprovação e na análise de riscos financeiros e de imagem, são elaboradas estratégias de atuação no âmbito do processo legislativo. No que tange a alterações de normativos, realizamos identificação, captura, análise, marcação do assunto (por exemplo os Riscos SAC) e direcionamento às áreas para atuação na aderência regulatória, bem como acompanhamento dos planos de ação até a implementação.

Risco de Crédito

Dentro da dimensão de Risco de Crédito, a identificação, mensuração e avaliação dos riscos social, ambiental e climático segue diretrizes definidas nos procedimentos internos da área de riscos que são verificados pelas áreas de negócio/credito nas etapas de avaliação do cliente nas concessões e renovações de crédito, na constituição e monitoramento de garantias, assim como na avaliação e monitoramento do financiamento de projetos e operações estruturadas.

O processo de diligência de avaliação de eventos SAC nos processos acima listados contempla, por exemplo, análise sobre informações desabonadoras do ponto de vista social sobre o cliente/projeto, através, por exemplo, da presença da contraparte na lista de Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão² (instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11/05/2016) ou através do monitoramento de informações desabonadoras em mídia e são incorporados nos processos de avaliação e quantificação do risco do cliente/projeto.

Os eventos de risco social, ambiental e climático (SAC) são identificados durante a análise de clientes e operações utilizando tanto informações públicas disponíveis quanto informações solicitadas ao cliente de acordo com seu setor de atividade econômica, destinação dos recursos e/ou modalidade da operação a ser contratada.

Por exemplo, os eventos de risco ambiental são avaliados através de aspectos como: cumprimento da legislação ambiental vigente aplicável, existência de embargos e autuações ambientais, práticas de consumo e gestão de recursos hídricos, uso de materiais perigosos, risco de estruturas (barragens), sobreposição e/ou proximidade com unidades de conservação e/ou áreas sensíveis. A mensuração e avaliação tem por base fontes públicas de dados disponibilizados por órgãos e/ou instituições, como IBAMA, Adapta Brasil MCTI, ICMBIO dentre outros, além de relatórios e sites dos clientes, bem como através de dados fornecidos diretamente pelos próprios clientes ou por terceiros contratados. No que se refere à avaliação de operações estruturadas e projetos, o relatório “Experiência na Mitigação dos Riscos Socioambientais no Financiamento de Projetos” traz exemplos da diligência socioambiental do Itaú Unibanco.

Adicionalmente, compreende-se que algumas regiões geográficas são mais sensíveis e vulneráveis aos Riscos SAC por possuírem maior relevância para a manutenção da biodiversidade e mitigação do risco climático. A região compreendida pelo bioma Amazônia, por exemplo, possui extrema relevância para o clima e biodiversidade planetário e, por este motivo, além de ter tratativa mais rigorosa nas análises, possui compromisso assumido pelo Itaú Unibanco de apoiar a transformação/preservação da região. No exemplo específico, o Plano Amazônia traz 10 medidas para preservação deste Bioma, dentre elas o combate do desmatamento ilegal através do monitoramento direto e indireto das empresas do setor de frigoríficos. Outros critérios que são aplicados para tratar de forma diferenciada as análises de acordo com as regiões geográficas são: proximidade ou intersecção a Locais Críticos Emergentes, Áreas chave para a conservação da biodiversidade e/ou Unidades de Conservação, localização em áreas de risco físico relevante etc.

A mitigação de riscos é parte do processo de gerenciamento e ela pode se dar de formas distintas, conforme o tipo de análise conduzida, orientadas pelos princípios de relevância e proporcionalidade. Como ocorre no caso de financiamento de projetos em que, considerando o nível de risco, pode-se estabelecer um plano de monitoramento que é parte integrante do contrato de financiamento. A implementação de referido plano é monitorada, pelo menos uma vez ao ano, durante a vigência da operação, sendo seu cumprimento, condição precedente para a desembolso de recursos e para a manutenção do contrato. Ainda, nos casos de alguns produtos agro, acompanhamos eventuais focos de desmatamento ilegal e outras situações de risco nas propriedades financiadas diariamente através de uma ferramenta de georreferenciamento.

O setor de atividade dos clientes/projetos também é um critério importante na definição do escopo e abrangência da nossa análise de Riscos SAC, uma vez que alguns setores da economia são considerados mais propensos a Riscos SAC. O volume de emissões, a capacidade de investimento do cliente e do setor diante de mudanças regulatórias, tecnológicas e de mercado, assim como o horizonte da avaliação são combinados para estimar a sensibilidade do ponto de vista climático e incorporados na avaliação de clientes integrantes de setores sensíveis, conforme classificação interna do Itaú Unibanco e mencionados na Tabela EST: Estratégias utilizadas no tratamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

O Itaú Unibanco possui sólido arcabouço de Appetite de Riscos que avalia por exemplo concentrações setoriais e de segmento, dentre outras métricas. Em particular, para mensuração e monitoramento dos Riscos SAC, o arcabouço de apetite de riscos possui duas métricas específicas para monitoramento da concentração do nosso

² São tratados de forma equivalente os temas de proteção aos direitos humanos como a não utilização de mão de obra infantil em descordo com a legislação e exploração da prostituição, inclusive infantil, segurança ocupacional, condições de trabalho, conflitos com populações tradicionais, entre outros.

portfólio em setores com alta sensibilidade aos temas socioambientais e de alta exposição aos riscos climáticos, sejam eles físicos ou de transição. Ambas as métricas são monitoradas e reportadas mensalmente para a alta gestão do banco como parte do arcabouço do Apetite de Riscos.

Risco de Mercado, Liquidez e Operacional

Nas demais dimensões tradicionais de riscos (mercado, liquidez e operacional), o gerenciamento ocorre através de identificação e segregação de ativos SAC, e dos respectivos impactos/sensibilidades dentro do arcabouço vigente de limites, sensibilidades e apetite.

Para o risco de mercado foi realizado estudo onde adotamos como premissa o descumprimento de cláusulas SAC. Identificamos operações sensíveis aos eventos que poderiam ter desdobramentos em risco de mercado. Não foram identificados impactos significativos em comparação com a carteira do banco.

Para o risco de liquidez, a materialização de evento de Risco SAC e o respectivo impacto nas captações, sob ótica do LCR e NSFR, não trariam impactos significativos na gestão de liquidez o banco e são tratadas dentro do arcabouço que existe de monitoramento e mitigação dos indicadores de apetite.

De forma semelhante, para o risco operacional, a partir de mensuração dentro do histórico de perdas não financeiras observadas, estudos no âmbito do processo de avaliação e adequação de capital indicam a baixa materialidade, num horizonte de um ano, de perdas relacionadas aos Riscos SAC.

O gerenciamento integrado dos Riscos SAC com as demais dimensões tradicionais de riscos é apresentado no exercício de avaliação de adequação de suficiência de capital (ICAAP), reportado e aprovado anualmente pelo CA. E de forma ampla, o gerenciamento dos Riscos SAC permeia os outros arcabouços de gestão integrada de riscos do banco, como o apetite de riscos, e faz parte do processo evolutivo contínuo de identificação, avaliação, monitoramento, controle e reporte, alinhado às regulações e às boas práticas do mercado.